

- g) Relação de identificação dos animais e respectivas datas de nascimento passada pelos serviços de Desenvolvimento Agrário;
- h) Fotocópia autenticada do conhecimento de embarque, onde conste o número de identificação dos contentores utilizados.

Artigo 7.º

A ajuda só será atribuída aos animais adquiridos após a entrada em vigor do presente regulamento.

Artigo 8.º

É revogada a Portaria n.º 80/2004, de 30 de Setembro.

Artigo 9.º

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Artigo 10.º

O subsídio será suportado pelo orçamento privativo do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas – IAMA, no âmbito do capítulo 40, programa 08 – Apoio à transformação e comercialização de produtos agro-alimentares, projecto 8.1 – Transformação e Comercialização, acção 8.1.6 – Regularização de Mercados.

Secretaria Regional da Agricultura e Florestas.

Assinada em 6 de Abril de 2006.

O Secretário Regional da Agricultura e Florestas, *Noé Venceslau Pereira Rodrigues*.

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Portaria n.º 32/2006

de 20 de Abril

O Decreto Legislativo Regional n.º 20/2005/A, de 22 de Julho, estabelece o regime jurídico excepcional da concessão dos apoios financeiros a obras de reparação de imóveis afectados por infestação de térmitas.

Através da alínea h) do artigo 10.º do referido diploma, o beneficiário fica obrigado a assegurar que os resíduos resultantes das obras sejam devidamente acondicionados, nos termos a indicar, por portaria, pelo departamento regional com competência em matéria de ambiente.

Assim, a presente portaria visa definir os requisitos a que deve obedecer o acondicionamento daqueles antes de serem encaminhados para destino final adequado.

Nesse sentido, são estabelecidas regras quer de acondicionamento com o objectivo principal de evitar a propagação das térmitas, quer de registo e comunicação de dados de produção de resíduos de modo a possibilitar uma correcta gestão dos mesmos.

Manda o Governo Regional dos Açores, pela Secretária Regional do Ambiente e do Mar, nos termos da alínea z) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da alínea h) do artigo 10.º do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2005/A, de 22 de Julho, o seguinte:

Artigo 1.º

Acondicionamento dos resíduos

O acondicionamento dos resíduos resultantes das obras de reparação de imóveis afectados por infestação de térmitas deve obedecer aos seguintes requisitos:

- a) A triagem e o acondicionamento devem ter lugar junto ao local de produção;
- b) Os resíduos contaminados com térmitas não devem ser misturados nem acondicionados com outros resíduos;
- c) O produtor de resíduos deve assegurar a existência, até ao início da obra, de um sistema de acondicionamento adequado aos resíduos que se estima que venham a ser produzidos;
- d) Os resíduos contaminados com térmitas devem ser acondicionados em contentores construídos num material que não seja madeira;
- e) Os contentores devem ser fechados ou cobertos de modo a evitar a dispersão quer dos resíduos quer das térmitas;
- f) Os resíduos contaminados com térmitas devem permanecer acondicionados nos contentores o menor tempo possível, devendo se dada prioridade à sua destruição.

Artigo 2.º

Registo e comunicação de dados de produção de resíduos

1. Deve ser dado conhecimento ao departamento do Governo Regional com competência em matéria de ambiente dos processos de candidaturas aprovados.

2. O beneficiário dos apoios concedidos nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2005/A, de 22 de Julho deve comunicar ao departamento do Governo Regional com competência em matéria de ambiente o início das obras com uma antecedência de trinta dias.

3. O produtor de resíduos deve proceder à identificação e quantificação dos resíduos efectivamente produzidos e comunicar estes dados ao dono da obra, por escrito, em documento datado e assinado.

4. O dono da obra deve comunicar ao departamento do Governo Regional com competência em matéria de ambiente, por escrito, em documento datado e assinado, os dados fornecidos nos termos do número anterior, bem como a sua identificação, a identificação da obra e o tipo de obra.

5. O departamento da administração regional com competência em matéria de ambiente deve manter um registo actualizado da informação constante dos números 4 e 5 do presente artigo.

Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

Assinada em 24 de Março de 2006.

A Secretária Regional do Ambiente e do Mar, *Ana Paula Pereira Marques*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Declaração de Rectificação n.º 22/2006

de 7 de Abril

Para os devidos efeitos se declara que o Decreto Legislativo Regional n.º 5/2006/A, publicado no *Diário da*

República, 1.ª série, n.º 28, de 8 de Fevereiro de 2006, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

1 - Na p. 991, no 6.º parágrafo, onde se lê «No sector dos Transportes foram aprovados 3 projectos, referentes à 'Reabilitação do Porto de São Roque do Pico', 'Requalificação do Porto da Praia da Vitória' e 'Requalificação e Modernização da Aerogare das Lajes', sendo o investimento elegível de cerca de 52,6 milhões de euros.» deve ler-se «No sector dos Transportes, os projectos de Reabilitação do Porto de São Roque do Pico, Requalificação do Porto da Praia da Vitória e Requalificação e Modernização da Aerogare das Lajes ascendem a um investimento elegível de cerca de 52,6 milhões de euros, a que corresponde um co-financiamento comunitário de 42,7 milhões de euros. A taxa global de execução em 31 de Agosto de 2005 é de 27%. Foram elaboradas propostas de reprogramação para os três projectos, que se encontram em apreciação pelas autoridades nacionais e comunitárias.

Em Julho de 2005 foi remetida à Comissão Europeia a candidatura do Terminal Marítimo de Ponta Delgada orçada em 32 milhões de euros.».

2 - Nas pp. 923, 925, 930, 947, 989-990, 990, 991-992 e 997, os quadros saíram com várias inexactidões, pelo que se procede à sua republicação:

Principais Indicadores macroeconómicos 2004-2009 (taxa de variação anual, em percentagem)

	Projeção actual					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Consumo privado	2,3	1,7	1,2	1,7	2,1	2,5
Consumo público	1,2	0,6	0,3	0,3	0,3	0,3
Investimento	2,1	1,9	3,0	5,1	6,7	7,9
Exportações de bens e serviços	5,1	3,3	6,5	8,1	7,9	7,9
Procura global						
Importações de bens e serviços	7,0	4,0	5,1	6,4	7,0	7,7
PIB	1,0	0,8	1,4	2,2	2,6	3,0
Taxa de desemprego (em percentagem de população activa)	6,7	7,4	7,7	7,6	7,3	6,9
Emprego total (taxa de variação)	0,1	0,4	0,7	1,1	1,3	1,5
Deflator do consumo privado (taxa de variação)	2,3	2,7	2,9	2,5	2,5	2,4
Taxa de poupança dos particulares (em percentagem do rendimento disponível)	10,4	10,2	10,0	10,0	10,0	9,9

Fonte: PEC 2005-2009, Ministério das Finanças (Informação de 2004 do INE e Banco de Portugal).

RAA — Repartição sectorial do VAB (percentagem)

	1998	2000	2002	2003
Agricultura, Silvicultura e Pescas	10,4	10,1	9,9	9,1
Indústria, Construção, Energia e Água	19,0	17,1	17,1	16,6
Serviços	70,7	72,8	73,1	74,3
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0